



GT 31. Economias indígenas e quilombolas e as trocas generalizadas

Coordenador(es):

Amanda Cristina Danaga (UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul)

Lígia Rodrigues de Almeida (FUNAI)

Sessão 1

Debatedor/a: Flávio Rodrigo Freire Ferreira (IFRN - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte)

A proposta do GT é criar um fórum de interlocuções com pesquisadores que investigam as diversas formas de organizações econômicas de populações indígenas e quilombolas, operacionalizadas para garantir a sobrevivência física e cultural dentro de um Estado capitalista. Com a expansão colonial europeia na América e especificamente no Brasil, indígenas e, posteriormente comunidades quilombolas, sofreram com as intervenções advindas dos avanços da economia capitalista de mercado de maneiras bem diversificadas. Na região amazônica, por exemplo, durante o século XVIII, o regime de regatão prevaleceu e, no século XIX até os dias atuais, o sistema de aviamento tornou-se operante. Esses dois formatos de relações econômicas foram os propulsores dos intercâmbios comerciais entre indígenas e não indígenas em boa parte das terras baixas da América, estabelecendo uma relação assimétrica entre patrões-fregueses, posseiros e meeiros. No nordeste brasileiro e outras regiões da América, o ajuri (mutirões comunitários), a mita, o meeiro, as trocas recíprocas e generalizadas vinculadas às práticas “tradicionais” de produção, modalidades econômicas manejadas por indígenas e quilombolas que fomentam o sustento necessário para a sobrevivência. No contexto de inserção em diversos formatos econômicos e de trocas generalizadas, o GT visa dialogar e refletir sobre as situações econômicas e as peculiaridades aludidas por indígenas e quilombolas e suas intersecções com os Estados e a economia capitalista.

Representações da redução de danos no interior da política: o CAPSad no Rio de Janeiro

Autoria: Beatriz Brandão (USP - Universidade de São Paulo)

As definições da redução de danos (RD) não se expressam de forma monolítica no cotidiano da política pública. Partindo dessa premissa, o objetivo deste artigo é apresentar como a RD se manifesta na fala de usuários de quatro CAPSad no Rio de Janeiro e como acionam tal abordagem para reconhecer e dar sentido aos seus circuitos e paragens. Seja no work diário dos profissionais do CAPSad, que demarcam essa posição a cada discussão de caso, ou nas narrativas dos usuários do sistema da saúde mental, encontramos clivagens nos modos em que a RD é trazida como argumento nas tomadas de decisão. A partir da análise de 50 entrevistas em profundidade e a participação em reuniões institucionais da Secretaria Municipal de Saúde, produzo este texto com o intuito de apresentar algumas das principais representações visíveis entre usuários. Sabendo que o problema se inscreve num cenário maior, que vai da formação na visão institucional da superintendência de álcool e drogas (AD) até histórias miúdas de usuários, opto, neste momento, por uma análise com o recorte das entrevistas dos pacientes. A escolha se dá porque suas falas revelam a lógica de escolha de seus itinerários terapêuticos e acredito que tais itinerários são ordenadores de um fundamento nos circuitos e paragens que acessam e interfere a rede de atenção psicossocial (RAPS). Sendo assim, o estímulo primordial da proposta se dá em articular como os casos expressos nas falas dos usuários alcançam a rede, podendo coloca-la a pensar sobre sua estrutura e como se compõe na concepção de RD que emprestam e empregam em seus cotidianos.



**Reunião Brasileira
de Antropologia**

SABERES INSUBMISSOS:
DIFERENÇAS E DIREITOS
RIO 2020

www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA

ISBN: 978-65-87289-08-3



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: